

NOTA DA COMISSÃO QUADRIPARTITE PARA A **RESOLUÇÃO DOS EQUACIONAMENTOS DA PETROS Nº1**

No dia 17 de julho, em Brasília, aconteceu a primeira reunião de trabalho da Comissão Quadripartite para a Resolução dos Equacionamentos na Petros, conquistada após a jornada do acampamento e vigília, realizados durante duas semanas, em frente ao Edifício Senado (Edisen), no centro do Rio de Janeiro.

Os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas foram representados pelo Fórum das Entidades em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros, que é composta pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros (Am-bep), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Conttmaf) e Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petros e Petros.

Do outro lado da mesa, estavam representantes da Petrobras e da Petros, além dos órgãos do governo federal: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e da Superintendência de

Previdência Complementar (Previc).

Neste primeiro encontro, SEST e Previc receberam as principais informações das outras partes, que já negociavam desde meados de 2023 até maio de 2024, no GT Petrobrás, Petros e Entidades Petroleiras (que não chegou a qualquer resolução razoável à categoria).

A ideia, agora, é traçar todo um quadro de barreiras e desafios que a Comissão vai enfrentar para chegar a uma solução que atenda aos trabalhadores, aposentados e pensionistas, de modo a ser também aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A primeira reunião da Comissão também deliberou sobre o formato e as datas dos próximos encontros, que acontecerão ao longo do mês de julho, em todas as quintas-feiras, às 15 horas.

É importante que a categoria esteja atenta aos informes nos canais das entidades e participe das mobilizações. A luta no “ACAMPAMENTO PELO FIM DOS PEDS, JÁ!” foi primordial conquistar essa comissão, onde agora lutaremos para encontrar uma solução definitiva aos equacionamentos da Petros. *Fonte: FNP*

GRAÇAS À PRESSÃO DOS SINDICATOS, FEDERAÇÕES E DA CATEGORIA, **RELAÇÃO DE CUSTEIO 70X30 É RETOMADA**

A categoria petroleira do Litoral Paulista aprovou em assembleia realizada no dia 13 de junho, dentre outras pautas, alguns pontos de AMS. Na ocasião foi aprovada a relação de custeio AMS 70x30, o fim da 13ª parcela do grande risco em novembro, que vem sendo cobrada desde 2018, a manutenção de 2% sobre a Remuneração Variável para custeio da AMS, a redução de 16% linear do grande risco retroativo a 1º de abril e a margem consignável para desconto do plano de

saúde de 15% para ativos, aposentados e pensionistas com transação na ação judicial.

É importante destacar que essa proposta, feita pela gestão da empresa, foi obtida graças à pressão da categoria e das entidades representativas durante as negociações do último ACT, bem como à atuação da FNP e das entidades representativas dos empregados das empresas estatais perante o Sest.

O alto escalão da empresa assinou uma Carta Compromisso que pre-

via a alteração do custeio da AMS, caso as resoluções CGPAR 42/2022 e 49/2023 fossem alteradas, fato que ocorreu no mês de abril. A mudança será realizada por meio de redução linear nos valores da Tabela de Grande Risco e absorção da 13ª parcela, descontada no mês de novembro, nas 12 contribuições mensais ordinárias do Grande Risco. As novas tabelas têm vigência a partir do mês de abril, com devolução retroativa da diferença no contracheque do mês de julho.

DIA 31 DE JULHO: REUNIÃO MENSAL DO DAP TRATA SOBRE GT DA PETROS E NOVA RELAÇÃO DE CUSTEIO DA AMS

Como acontece todo mês, a reunião mensal do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) será realizada na última quarta-feira do mês, no dia 31 de julho, na sede e por vídeo conferência na sub-sede. Em ambos os locais, a reunião do DAP acontece das 14h30 às 16h e após o evento, comemoramos com bolo e salgadinho os aniversariantes dos meses de junho e julho

já que, em função do acampamento, não houve o encontro no mês passado.

Durante a reunião, que terá a participação do advogado Dr. Marcus Coelho, do jurídico do Sindipetro-LP, trataremos de assuntos como AMS, Petros e responderemos a dúvidas dos participantes. Em pauta a conquista do GT da Petros após 14 dias de vigília em frente ao Edifício Senado (Edisen), no

centro do Rio de Janeiro.

A Petrobrás criou uma comissão multissetorial com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), além da própria Petros e do Fórum das Entidades em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros – da qual o Sindipetro-LP e a Federação Nacional dos Petro-

leiros (FNP) faz parte – para encontrar uma solução definitiva aos equacionamentos e resolver o rombo no fundo de pensão. Além disso, trataremos da nova relação de custeio 70x30 da AMS que entra em vigor no mês de setembro.

Para quem não puder participar presencialmente no sindicato, poderá acompanhar a reunião acessando: <https://shre.ink/1Hhj>

MOBILIZAÇÃO GARANTE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FUNDOS DE PENSÃO E PLANOS DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO

A aprovação do novo texto da reforma tributária, emenda ao substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, representa uma grande vitória para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Autogestão de Saúde Suplementar. Com essa emenda, essas entidades são reconhecidas como de cunho social e não financeiro, ficando isentas da incidência do Imposto de Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS).

A aprovação ocorreu no dia 10 de julho na Câmara dos Deputados, com 336 votos favoráveis e 142 contrários. O texto especifica que “não são contribuintes do IBS e da CBS

as seguintes pessoas jurídicas sem fins lucrativos, desde que cumpram os mesmos requisitos aplicáveis às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos: planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão; e entidades de previdência complementar fechada”. Essa alteração no relatório garante que os participantes da Petros e da AMS não serão impactados pela nova tributação. A emenda reconhece que a atividade realizada por essas entidades é de natureza social e não econômica ou comercial.

Sem a aprovação desta emenda, a nova tributação sobre os investimentos da Petros poderia resultar em uma contribuição

adicional de até 10,92% nos planos administrados, o que representa a metade dos atuais equacionamentos. A Frente Parlamentar do Empreendedorismo, com apoio dos fundos de pensão, apresentou a proposta de emenda ao projeto de lei complementar da reforma tributária para isentar essas entidades da CBS e do IBS sobre sua gestão administrativa.

A Petros destacou que a aprovação da proposta evitará um pagamento anual de quase R\$ 200 milhões em tributos, valor que é quase 10 vezes maior do que a fundação paga atualmente com PIS-Cofins. Henrique Jäger, presidente da Petros, enfatizou que a fundação não deve ser equiparada

a bancos e demais instituições financeiras, pois sua missão é cuidar da aposentadoria e do futuro dos seus participantes, sem fins lucrativos.

A mobilização intensa das entidades representativas de trabalhadores, participantes de fundos de pensão, e beneficiários de planos de saúde de autogestão, foi crucial para essa conquista. A aprovação da emenda ao PLP 68/24 assegura que a gestão administrativa dessas entidades continue a operar sem o impacto financeiro da nova tributação, garantindo a sustentabilidade e a proteção dos direitos dos seus participantes.

Com informações do Estadão e da FUP.